



Brasília, 29 / 10 / 09

CC02/C02

Fls. 330

*Lauder*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

**Processo nº** 13558.000526/2001-24  
**Recurso nº** 141.198 Voluntário  
**Matéria** IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI  
**Acórdão nº** 202-19.597  
**Sessão de** 04 de fevereiro de 2009  
**Recorrente** ITABUNA TÊXTIL S/A  
**Recorrida** DRJ em Recife - PE

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Período de apuração: 01/10/2000 a 31/12/2000

CRÉDITO DE IMPOSTO INCIDENTE SOBRE INSUMOS  
NÃO INCORPORADOS AO PRODUTO FINAL.  
IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO.

O aproveitamento de créditos de insumos entrados no estabelecimento industrial ou equiparado, quando destinados à industrialização de produtos tributados pelo imposto, incluídos os isentos e os sujeitos à alíquota zero, somente pode quando esses insumos incorporarem os produtos produzidos.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

*Ed米尔顿*  
ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente

*domingos*  
DOMINGOS DE SÁ FILHO

Relator

Brasília, 29/10/09

Lauder

CC02/C02  
Fls. 331

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Zomer, Gustavo Kelly Alencar, Mônica Monteiro Garcia de los Rios (Suplente), Antônio Lisboa Cardoso, Carlos Alberto Donassolo (Suplente) e Maria Tereza Martínez López.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto em face da decisão da DRJ em Recife - PE, que manteve a glosa dos valores relativos a crédito de IPI oriundos de materiais que não se incorporam aos produtos produzidos e tampouco são consumidos, através de contato físico, no seu processo de industrialização, referentes ao período de apuração de 01 de outubro de 2000 a dezembro de 2000.

Não há nos autos a data da ciência da decisão, sendo que o recurso foi interposto em 12 de fevereiro de 2007. Mediante ausência do "AR", tem-se como tempestivo.

Consta dos autos que durante as diligências fiscais restou constatado o aproveitamento de crédito oriundo de materiais que não se incorporam ao produto produzido, assim como não são consumidos através de contato físico no processo produtivo; em razão desta constatação o pleito foi deferido parcialmente no valor de R\$ 120.539,58 (cento vinte mil, quinhentos trinta nove reais e cinqüenta e oito centavos).

Irresignada, a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade contra o Despacho Decisório (fls. 277/286), através da qual aduz, no que pertine à glosa efetuada, e sustenta que o Parecer Normativo – PN CST nº 65-79 contraria frontalmente a lei e o regulamento de IPI, bem como o princípio da não-cumulatividade.

Sustenta que os insumos glosados são consumidos na razão direta da produção e fazem parte do ativo permanente. Afirma também que não há nenhum dispositivo que condicione o direito ao crédito ao contato físico com o produto, de modo que o referido ato normativo extrapolou ao estabelecer uma restrição não prevista em lei.

Na fase de recurso, manteve os mesmos fundamentos tecidos em sua manifestação de inconformidade, acrescentando que o Parecer Normativo CST nº 65, de 1979, fere o princípio constitucional da não-cumulatividade.

Requer o conhecimento do recurso voluntário e o provimento integral para reconhecer o direito ao crédito de IPI.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro DOMINGOS DE SÁ FILHO, Relator

Conheço do recurso por ser tempestivo e atender aos demais pressupostos de admissibilidade.

(Assinatura)

J

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 29 / 10 / 09

*Lauolt*

CC02/C02  
Fls. 332

A controvérsia centra em torno de aproveitamento de crédito IPI oriundos de aquisições de materiais utilizados no processo produtivo que não integram o produto final.

Ao compulsar os autos, certifico-me, por meio do relatório de fls. 264/265, bem como da documentação acostada, que os materiais ali mencionados não guardam qualquer vínculo com o produto fabricado.

O crédito pleiteado decorre de aquisições de peças cujo desgaste e o consumo dão-se com o tempo de utilização do equipamento e a quantidade de bens produzidos e outros são utilizados na manutenção dos equipamentos, é o caso do óleo lubrificante que é utilizado na conservação.

Portanto, aquisições de materiais que não se enquadram no conceito de matéria-prima, produtos intermediários e materiais de embalagem não geram crédito de IPI.

Como se sabe, os insumos utilizados na elaboração do produto final que não estejam vinculados diretamente ao produto, não geram o creditamento do Imposto pago na operação anterior, assim sendo, o indeferimento do aproveitamento dá-se em conformidade com que preconiza a legislação, de modo a manter sem arranhões o princípio da não-cumulatividade.

Vejamos o Parecer Cosit nº 181, de 1974, que trata da matéria: “*13 – Por outro lado, ressalvados os casos de incentivos expressamente previstos em lei, não geram direito ao crédito do imposto os produtos incorporados às instalações industriais, as partes, peças e acessórios de máquinas equipamentos e ferramentas, mesmo que se desgastem ou se consumam no decorrer do processo de industrialização, bem como os produtos empregados na manutenção das instalações, das máquinas e equipamentos, inclusive lubrificantes e combustíveis necessários ao seu acionamento. Entre outros, são produtos dessa natureza: lima, rebolos, lâmina de serra, mandris, brocas, tijolos refratários usados em fornos de fusão de metais, tintas e lubrificantes empregados na manutenção de máquinas e equipamentos etc.*”.

Desse modo, a r. decisão de piso não merece qualquer reparo, devendo, portanto, ser mantida na íntegra pelos seus próprios fundamentos.

Assim sendo, conheço do recurso e nego provimento.

É como voto.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2009.

*anui*  
DOMINGOS DE SÁ FILHO